

269



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0008353-93.2014.8.17.0000(0346410-8)

**SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
GARANHUNS-PE**

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORRENTES-PE

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIMES DE RECEPÇÃO, ESTELIONATO, RECEPÇÃO QUALIFICADA E FALSIFICAÇÃO DE SINAL DE VEÍCULO AUTOMOTOR PRATICADOS EM JUÍZOS DISTINTOS. EXISTÊNCIA DE CONEXÃO ENTRE AS INFRAÇÕES CRIMINAIS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LUGAR DA INFRAÇÃO À QUAL FOI COMINADA A PENA MAIS GRAVE, NOS TERMOS DO ART. 78, INCISO II, "a", DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. – **UNANIMEMENTE DEU-SE PROVIMENTO AO CONFLITO SUSCITADO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA COMARCA DE CORRENTES-PE.**


1. Comprovada a existência do instituto da conexão entre crimes praticados em jurisdição da mesma categoria a competência será firmada em razão do lugar da infração mais grave (recepção qualificada), conforme o art. 78, inciso II, "a", do Código de Processo Penal.

2. No tocante ao crime de roubo supostamente praticado na Comarca de Garanhuns, a autoridade policial durante as investigações não formalizou a tipicidade por ausência de autoria, sendo assim não há que se falar em conexão entre este crime e os demais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Conflito de Jurisdição nº 346410-8 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer do presente conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da Comarca de Correntes-PE, nos termos do voto do Relator.

Recife, 16 de Setembro de 2014.



Dr. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente/ Relator



271

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0008353-93.2014.8.17.0000(0346410-8)

CONFLITO DE JURISDIÇÃO

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GARANHUNS--PE

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORRENTES-PE

RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de conflito negativo de jurisdição cujo suscitante foi o **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GARANHUNS-PE**, declinando sua competência para o **JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORRENTES-PE**, que determinou anteriormente a devolução do processo para aquele Juízo.

Consta nos autos que foram apreendidos no dia 02.10.2009 vários veículos motocicletas, entre outros objetos, em cumprimento a mandados de busca e apreensão expedidos pelo Juízo de Garanhuns e pelo Juízo de Correntes.

De acordo com o inquérito Policial, dentre os veículos apreendidos, restaram dois com restrições criminais: 01(uma) motocicleta Honda Twistes 250 CC, cor azul, ano 2004, chassi 9C2MC35004R027858, com placa de outro veículo afixada, de caracteres JYK 8862 e restrição por roubo; e 01(uma) motocicleta Yamaha YBR 125E, cor preta, ano 2007, chassi 9C6KE091070035800, com placa afixada irregularmente, de caracteres KKE 0984.

Depreende-se ainda dos autos que apenas a motocicleta Honda Twistes 250 CC, cor azul, ano 2004, Chassi 9C2MC35004R027858, com placa de outro veículo afixada de caracteres JYK 8862, teria sido roubada em Garanhuns, o que inclusive, motivou a decisão que suscitou o conflito competência. O delegado, portanto, **não conseguiu esclarecer a autoria do referido roubo possivelmente praticado na Comarca de Garanhuns**, tendo apenas indiciados os investigados nas penas dos arts. 171, § 3º, 180, caput 311, todos do Código Penal Brasileiro.

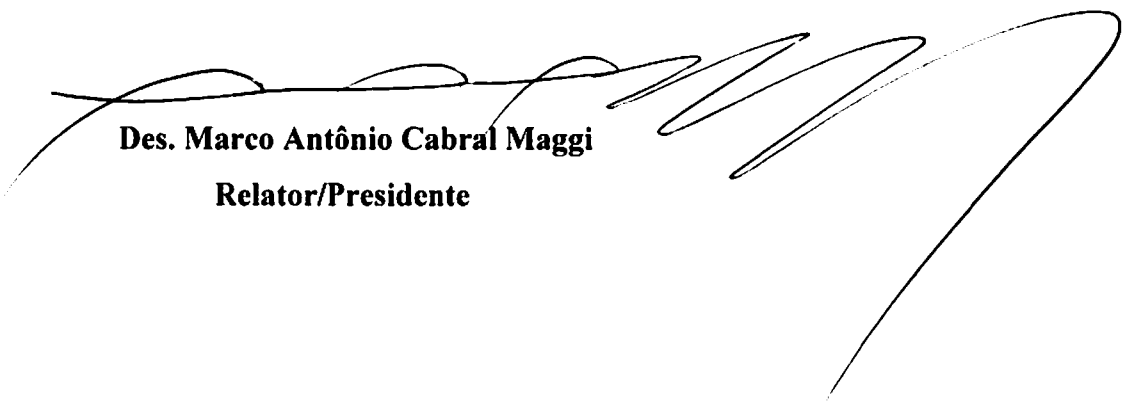
O Juízo Suscitante (1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns) entende que a competência é do Juízo de Direito da Comarca de Correntes, visto que o crime mais grave ocorreu na referida Comarca (receptação qualificada) e a autoria do roubo possivelmente praticado em Garanhuns não restou esclarecida, pugna, portanto, pelo reconhecimento do conflito entre os Juízos e a remessa dos autos ao TJPE.

O Juízo Suscitado (Juízo de Direito da Comarca de Correntes) remeteu os autos ao Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Garanhuns/PE, por entender que houve conexão entre os crimes praticados em Correntes/PE com o crime de roubo (pena mais grave) praticado em Garanhuns/PE.

A Procuradoria de Justiça, às fls. 262 a 265, ofertou parecer concluindo pela competência do Juízo de Direito da Comarca de Correntes/PE, ora suscitado.

É O RELATÓRIO.

Recife, 16 de Setembro de 2014.



Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator/Presidente



273

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0008353-93.2014.8.17.0000(0346410-8)

CONFLITO DE JURISDIÇÃO

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GARANHUNS-PE

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORRENTES-PE

RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de conflito negativo de jurisdição cujo suscitante foi o **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GARANHUNS-PE**, declinando sua competência para o **JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORRENTES-PE**, que determinou anteriormente a devolução do processo para aquele Juízo.

O Juízo Suscitante (1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns) entende que a competência é do Juízo de Direito da Comarca de Correntes, visto que o crime mais grave ocorreu na referida Comarca (receptação qualificada) e a autoria do roubo possivelmente praticado em Garanhuns não restou esclarecida, pugna, portanto, pelo reconhecimento do conflito entre os Juízos e a remessa dos autos ao TJPE.

O Juízo Suscitado (Juízo de Direito da Comarca de Correntes) remeteu os autos ao Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Garanhuns/PE, por entender que houve conexão entre os crimes praticados em Correntes/PE com o crime de roubo (pena mais grave) praticado em Garanhuns/PE.

Passo agora a análise do presente conflito.

De logo, pode-se afirmar que assiste razão ao Juízo suscitante.

In casu, as infrações penais cometidas e seus respectivos autores são os seguintes:

- 1) Receptação, de autoria do réu André Luiz Tenório de Aquino, consumada em Garanhuns/PE;
- 2) Estelionato, que teve como autores Luiz Antônio da Silva Câmara Júnior; Danylo Lima Lopes; Emanuel Mariano da Silva; Luana Raphaela Gomes Ferreira da Silva; Adelson Duque de Moraes, consumado em Garanhuns/PE;
- 3) Receptação qualificada e falsificação de sinal de veículo automotor, constando como autores Romero Tavares Rocha e Manoel da Silva Aquino, consumados no município de Correntes/PE;
- 4) Receptação, de autoria de Arnaldo Tavares Silva de Lira, consumado em Garanhuns/PE.

Analisando os autos, verifica-se que há conexão entre as infrações criminais acima mencionadas, pois a prova de uma infração influenciou na prova da outra infração, devendo, assim, serem julgadas pelo mesmo Juízo, nos termos do art. 76 do CPP, *in verbis*:

“Art. 76 Competência será determinada pela conexão:

III- quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.”

Comprovada a existência do instituto da conexão deve ser competente o Juízo do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave, conforme o art. 78, inciso II, do Código de Processo Penal, assim vejamos:

“Art. 78 Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

- I- Omissis
- II- No concurso de jurisdições da mesma categoria:
- III- **Preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.”**

Assim, tratando-se de crimes de estelionato, receptação, na modalidade simples e qualificada, além de falsificação de sinal de veículo automotor, a competência será do lugar onde se consumou a receptação qualificada, ou seja, o Juízo da Comarca de Correntes, por ter este crime pena mais grave.

Neste sentido, colaciono o seguinte julgado:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIMES DE RECEPTAÇÃO, ESTELIONATO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA PRATICADOS EM JURISDIÇÕES DISTINTAS. INAPLICABILIDADE DA REGRA PREVISTA NO ART. 70 DO CPP. MANIFESTA CONEXÃO ENTRE AS CONDUTAS CRIMINOSAS. PREVALÊNCIA DO LUGAR DA INFRAÇÃO MAIS GRAVE. INTELIGÊNCIA DO ART. 76, INCISO III, C/ 78 INCISO II "a", DO CPP. DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA 2ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL. DECISÃO UNÂNIME.

1. Havendo manifesta conexão entre crimes praticados em jurisdições da mesma categoria a competência será fixada em razão do lugar da infração mais grave. Inteligência do art. 76, III, c/c art. 78, inciso II, "a", do CPP.
2. Declaração da competência da 2ª Vara Criminal da Capital. Decisão Unânime(TJPE- Conflito de Jurisdição nº 187081-9, 4ª Câmara Criminal, relator: Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, julgado: 17/11/2009)


Quanto ao crime de roubo supostamente ocorrido em Garanhuns, as investigações não formalizaram sua tipicidade por ausência de autoria, sendo assim não há que se falar em conexão entre este crime e os demais.

Deste modo, merece razão o juízo suscitante, para ser firmada a competência do Juízo de Direito da Comarca de Correntes/PE.

Ante o exposto, julgo procedente o presente Conflito, para declarar a competência ao Juízo da Comarca de Correntes/PE, ora suscitado.

É COMO VOTO

Recife, 16 de setembro de 2014.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator/Presidente